



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO PEDAGOGIA**

LARISSA ALVES DA COSTA

**A INTEGRAÇÃO ENTRE O CUIDADO E A EDUCAÇÃO NO ATENDIMENTO EM
CRECHES**

**Miracema do Tocantins, TO
2021**

Larissa Alves da Costa

A integração entre o cuidado e a educação no atendimento em creches

Monografia apresentada a UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de A Integração entre o Cuidado e a Educação no Atendimento em Creches, sob orientação da Prof.(a) Doutora Ana Corina Machado Spada.

Miracema do Tocantins, TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C837i Costa, Larissa Alves da.
A integração entre o cuidado e a educação no atendimento em creches. / Larissa Alves da Costa. – Miracema, TO, 2021.
32 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientadora : Ana Corina Machado Spada
1. Formação docente. 2. Concepções e práticas. 3. Educação infantil. 4. Prática docente. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LARISSA ALVES DA COSTA

A INTEGRAÇÃO ENTRE O CUIDADO E A EDUCAÇÃO NO ATENDIMENTO EM
CRECHES

Monografia apresentada a UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de A integração entre o Cuidado e a Educação no Atendimento em Creches, sob orientação da Prof. (a) Doutora Ana Corina Machado Spada.

Data de aprovação: 20/12/2021, às 09h30m, via Google Meet:
<https://meet.google.com/wzv-ocip-wjn>

Banca Examinadora:



Prof^a. Dr^a. Ana Corina Spada, Orientadora, UFT.



Prof^a. Dr^a. Brigitte Úrsula Stach Haertel, Examinadora, UFT.



Prof^a. Ms. Suzana Brunet, Examinadora, UFT.

Dedico esta pesquisa às pessoas que fizeram parte de minha jornada acadêmica e que me ofereceram apoio e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

A produção de um trabalho de conclusão de curso de graduação reflete os aprendizados alcançados ao longo da jornada formativa realizada em aulas, palestras, eventos científicos, atividades de extensão e pesquisa, estágios curriculares supervisionados e leituras realizadas.

Contudo, para que essas atividades acadêmicas sejam alcançadas com êxito, existe um elemento muito importante no processo: o apoio que recebemos de familiares, colegas de turma e dos corpos docente e técnico da universidade.

Diante disso, registro meus sinceros agradecimentos aos meus pais, Deusivani Alves da Costa e Givaldo Costa, pelo afeto, incentivo e apoio prestado;

Aos colegas de turma do curso de Pedagogia, em especial Thaynara Pereira de Sousa.

Aos meus amigos que sempre acreditaram em mim, minha amiga CarlaLorrany e ao meu tio Diego que foi minha inspiração em continuar.

Aos docentes do curso de Pedagogia do Câmpus de Miracema/UFT; aos servidores técnico administrativos do Câmpus de Miracema/UFT;

À professora Dra. Ana Corina Machado Spada, pela orientação deste trabalho;

Às professoras Dra. Brigitte Úrsula Stach Haertel e a. Suzana Brunet Camacho pela leitura e composição da banca de defesa.

Gratidão!

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso de graduação intitulado “a integração entre o cuidado e a educação no atendimento em creches” é fruto de leituras e vivências que permearam minha formação no curso de licenciatura em pedagogia. Entre as atividades que mais contribuíram com o processo destaca-se o Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil (creche e pré-escola). uma questão apresentou-se como o centro da dicotomia do trabalho pedagógico na educação infantil: a relação entre o cuidado e a educação. Diante desse fato, compreendi que uma adequada formação do profissional docente em educação infantil demandava o estudo e a compreensão dessa dicotomia entre cuidado e educação e, visando alcançar êxito nessa caminhada, formulei o seguinte problema de pesquisa: como o cuidado e a educação se apresentam na trajetória histórica da educação infantil no Brasil e como os principais dispositivos legais da área concebem a questão? É oportuno ressaltar que em um momento inicial pretendíamos realizar uma construção de projeto e de pesquisa que englobasse coleta de dados em instituições de educação infantil. Contudo, o panorama de distanciamento social demandado pela pandemia do vírus da COVID 19, nos impôs o fechamento de escolas, e a necessidade de condução de um estudo teórico. Logo, o objetivo norteador do estudo foi: conhecer a trajetória histórica da construção da educação infantil como parte integrante dos sistemas de ensino e observar o impacto desses elementos para a concepção do cuidado e da educação. Como objetivos específicos apresentam-se: conhecer o processo histórico de institucionalização do atendimento educacional às crianças no Brasil; discutir a abordagem do cuidado e da educação pela legislação que regulamenta a educação infantil no Brasil; discutir elementos da formação docente para o trabalho pedagógico com a educação infantil. Os resultados do estudo apontam que a história do Brasil nos trouxe muitas heranças no que tange a concepção do cuidado e de práticas educacionais destinadas às crianças. Verificamos ainda que quanto menor a criança e, conseqüentemente suas demandas por cuidados, mais o papel docente se direciona à mulheres demonstrando que há uma confusão entre exercício da docência e maternagem.

Palavras-Chave: Formação docente. Concepções e práticas. Educação infantil.

RESUMEN

El trabajo de conclusión de la carrera titulado “La integración entre el cuidado y la educación en las guarderías” es el resultado de lecturas y experiencias que permearon mi formación en la carrera de pedagogía. Entre las actividades que más contribuyeron al proceso, se destaca la Práctica Curricular Supervisada en Educación Infantil (parvulario y preescolar). un tema fue presentado como el centro de la dicotomía del trabajo pedagógico en la educación infantil: la relación entre cuidado y educación. Ante este hecho, entendí que una adecuada formación del profesional docente en educación infantil exigía el estudio y comprensión de esta dicotomía entre cuidado y educación y, para lograr el éxito en este camino, planteé el siguiente problema de investigación: ¿Cómo se presentan el cuidado y la educación en la trayectoria histórica de la educación infantil en Brasil y cómo conciben el tema las principales disposiciones legales en el área? Cabe señalar que en un momento inicial nos propusimos realizar un proyecto y construcción de investigación que incluyera la recolección de datos en instituciones de educación inicial. Sin embargo, el escenario de distanciamiento social que demanda la pandemia del virus COVID 19, nos impuso el cierre de las escuelas, y la necesidad de realizar un estudio teórico. Por lo tanto, el objetivo rector del estudio fue: conocer la trayectoria histórica de la construcción de la educación infantil como parte integral de los sistemas educativos y observar el impacto de estos elementos para la concepción del cuidado y la educación. Se presentan los siguientes objetivos específicos: conocer el proceso histórico de institucionalización de la asistencia educativa a los niños en Brasil; discutir el abordaje del cuidado y la educación en la legislación que regula la educación infantil en Brasil; discutir elementos de la formación docente para el trabajo pedagógico con la educación infantil. Los resultados del estudio indican que la historia de Brasil nos ha traído muchos legados en cuanto a la concepción de las prácticas de cuidado y educación dirigidas a los niños. También verificamos que cuanto más pequeño es el niño y, en consecuencia, sus demandas de cuidado, más el papel docente se dirige a la mujer, demostrando que existe una confusión entre la enseñanza y la maternidad.

Palabras-Clave: Formación docente. Concepciones y prácticas. Educación Infantil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	ATENDIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS NO BRASIL: ASPECTO HISTÓRICO.....	10
3	CUIDADO E EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	18
3.1	Constituição Federal de 1988	18
3.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96).....	21
3.3	Política Nacional de Educação Infantil.....	22
3.4	Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil	24
3.5	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	26
3.6	Base Nacional Comum Curricular	28
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica é algo recente no Brasil, especialmente se considerarmos a questão em termos de história social.

A educação institucionalizada como conhecemos nos dias atuais caminhou de forma diferenciada em nosso país (quando comparado a outros países, especialmente os europeus e norte americanos), devido, especialmente, à colonização do Brasil por Portugal e à escravização de seres humanos como modo de produção da vida social e econômica.

O impacto trazido pelo sistema escravocrata reverberou não somente na economia, com grande concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas e pobreza maciça da população. Destacamos que a escravidão trouxe sequelas em diferentes setores, uma vez que a produção da vida está diretamente ligada à produção das consciências porque o processo de humanização não está desconectado da forma como geramos nossa existência.

De acordo com Marx (2008) a produção material da existência humana conforma nossas consciências, visão de mundo e relações sociais. Diante disso, as relações sociais nesse contexto histórico eram marcadas por misoginia e abuso de poder.

Em meio a esse cenário histórico, político e social, destacamos a exploração sexual de africanas escravizadas por parte dos grandes proprietários de terra, fato esse que, frequentemente, gerava filhos indesejados. Ademais, autores como Freitas (2009) e Marcílio (2009) apontam que crianças indesejadas, geradas de relações extraconjugais eram abandonadas, produzindo um grave problema social.

Em meio a esse cenário, o atendimento institucional direcionado às crianças apresenta-se como uma necessidade para a contenção do abandono e das altas taxas de mortalidade infantil. Diante desses fatos históricos, importa dizer que compreender as raízes desse atendimento institucional destinado às crianças das camadas populares nos aponta caminhos para uma melhor compreensão acerca de como a história impacta a mentalidade da população brasileira e, conseqüentemente, as relações estabelecidas no espaço institucional quando se trabalha com crianças bem pequenas, como é o caso da creche.

Visando compreender melhor as questões levantadas e apontar caminhos

para a atuação do profissional docente em educação infantil, esta pesquisa apresenta-se organizada em três seções. A primeira delas introduz a temática de estudo. A segunda, *atendimento institucional de crianças no Brasil: aspectos históricos* apresenta resultados de pesquisa bibliográfica, com abordagem histórica, procurando compreender o impacto da herança escravocrata para a coformação das mentalidades e práticas sociais do povo brasileiro. Esse processo é analisado à luz de questões observadas no atendimento educacional de crianças na contemporaneidade.

A terceira seção, *cuidado e educação no âmbito da legislação educacional brasileira*, faz um recorte histórico das principais políticas públicas direcionadas à educação infantil, procurando identificar e compreender as bandeiras de luta presentes em cada momento histórico.

A escolha pela temática e subsequente delimitação do objeto de estudo decorrem da convivência com crianças na creche pública no município de Miracema do Tocantins, TO. Nesse sentido, o Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil (creche e pré escola) tornou possível a reflexão sobre o cuidado e educação de crianças pequenas, bem como o conhecimento e a relação entre fatos históricos e o contexto social atual no que tange a trajetória constitutiva da Educação Infantil no Brasil e a construção do aparato legal que a reconhece como primeira etapa da Educação Básica.

2 ATENDIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS

Conhecer as características que permearam a história da composição do Brasil, perpassando os seus momentos de Império, Colônia de Portugal e República nos ajudam a compreender o quanto as relações econômicas e sociais estabelecidas exercem influência na formação da mentalidade do povo nativo.

Essa influência histórica pode ser melhor percebidas nas relações estabelecidas a partir do uso da mão de obra pautada no trabalho escravo. Muito se engana quem imagina que a escravização de seres humanos impactou somente os africanos e afrodescendentes retirados de suas terras natais, de suas origens e cultura e submetidos a castigo físico, condições de vida insalubres e horas extenuantes de trabalho escravizado.

Os relatos do escritor Machado de Assis, contemporâneo a esse período, presentes no conto *Pai contra mãe*¹ (1906) abordam a relação vivida entre Cândido das Neves e Clara das Neves, sua esposa. O nome selecionado para os protagonistas já traz referências à análise crítica sobre a sociedade do momento, fundada no trabalho escravo, tendo como cativos africanos e afrodescendentes.

Embora o casal Neves fosse branco, eram de origem humilde e Cândido não conseguia se inserir no mundo do trabalho, o que levou a família a uma situação de penúria. Ele tentava ganhar a vida capturando escravos fugitivos, mas, a falta de êxito e o acúmulo das dívidas o fizeram considerar levar seu único filho, um menino braço e fruto de uma relação legitimada pelo Estado e pela igreja à uma instituição que acolhia crianças rejeitadas.

A narrativa Machadiana nos mostra que uma sociedade acometida pela prática da tortura e da escravização de seres humanos torna-se doente e essa situação atinge a todos, independente de suas origens raciais, pois essa prática abracaminhos para relações sociais desiguais, fundamentadas no abuso de poder e na desigualdade.

Além disso, em contextos de pobreza extrema, de grandes desigualdades, de exploração e de abusos diversos a opressão tende a atingir fortemente as minorias, em especial mulheres e crianças, considerando que a sociedade era toda orientada pelo patriarcado, tendo a figura masculina como referência de autoridade e de poder.

Essa situação, conforme descrita por Marcílio (2009) favorecia aos homens

abusarem sexualmente de mulheres escravizadas e também se relacionarem sexualmente com mulheres de camadas economicamente desfavorecidas. Os frutos dessas relações começaram a se tornar um problema social à medida que passavam a ser abandonados em grande quantidade em portas de casas e de igrejas, em monturos, em matas fechadas e demais lugares inóspitos, favorecendo a mortalidade de recém-nascidos.

Diante do quadro alarmante descrito, as primeiras instituições de atendimento à infância foram estruturadas a partir da década de 1726, com o intuito de conter o problema social gerado pelo abandono de crianças. Cabe destacar que, diferentemente do modo como ocorreu em outros países, o atendimento de crianças em instituições, ou seja, fora do âmbito familiar, se deu, no Brasil, por iniciativa do padre Romão de Mattos, por meio da implantação da Roda dos Expostos².

De acordo com Marcílio (2009), a Roda dos Expostos foi criada com o propósito de oferecer amparo e assistência aos necessitados, também chamados de desvalidos.

Seria ele um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em um lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas família, como era o costume, na falta de outra opção. (MARCILIO, 2009, p. 54).

Diante da tal situação, a referida autora afirma que situações de renúncia aos recém-nascidos eram bastante frequentes, o que demandou a criação de casas de amparo. O intuito das casas era de combater os abandonos e, como consequência, os altos índices de mortalidade infantil. Assim, o atendimento das crianças rejeitadas passou a ser institucionalizado. Entretanto, a proposta e a manutenção desse atendimento ficaram por conta da igreja católica e não do Estado, tal como verificamos na formulação de políticas de assistência aos desvalidos que foram propostas em outros momentos históricos nesse país.

Conforme as crianças iam chegando à Roda dos Expostos, as rodeiras, que eram as mulheres que ajudavam na instituição, buscavam um lugar para colocar o bebê na casa de uma ama de leite, onde ficariam até os três anos. Marcílio (2009) afirma que as rodeiras procuravam estimular a ama de leite a manter para sempre a criança sob sua guarda. As amas de leite eram mulheres pobres, solteiras e residentes da cidade. Ao longo do tempo, as amas de leite começaram a receber pelos seus serviços e, muitas vezes, as crianças morriam e as amas de leite não avisavam as

rodeiras, para continuar recebendo o pagamento pelos cuidados com as crianças.

As creches, como instituições de atendimento direcionadas às crianças, têm suas origens baseadas no abrigamento, fundado em princípios médico- assistenciais que, desde a Idade Média, acolhem diferentes tipos de desvalidos: órfãos, alcoólatras, pessoas com deficiência mental etc. A base desse atendimento se concentra em manter essas pessoas abrigadas, alimentadas e sob controle social (SPADA, 2006).

As primeiras iniciativas de atendimento institucional de crianças no Brasil são fundamentadas no assistencialismo e essa característica marca todo o percurso do trabalho desenvolvido com crianças das camadas populares, especialmente durante a primeira infância.

Destacamos que o assistencialismo no Brasil configurou-se como um projeto educacional direcionado às camadas pobres da população, com clara intenção de manter sob controle esse segmento social. Tais práticas foram influenciadas pelo ideário higienista, que se insere em um movimento mais amplo, voltado ao interesse em construir uma imagem de nação desenvolvida em relação ao Brasil.

O movimento higienista buscava regular várias esferas da vida: a familiar, a escolar, a da saúde e, com isso, visava normatizar padrões de conduta entre a população.

[...] A década de 1870 marca-se pela entrada triunfal da influência médico-higienista. [...] Os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços de inspeção médico- escolar e apresentavam sugestões para todos os ramos de ensino, em especial com relação à educação. (KUHLMANN, 2010, p. 80).

No século XX, os médicos higienistas propõem reformas na educação brasileira. De acordo com o que foi citado, esses médicos partiam de pressupostos assistenciais chamados por Kuhlmann (2010) de Assistencialismo científico.

A esse respeito o autor destaca que:

Criaram-se leis e propagaram-se instituições sociais nas áreas da saúde pública, do direito da família, das relações de trabalho, da educação. As instituições jurídicas, sanitárias e de educação popular substituíram a tradição hospitalar e carcerária do Antigo Regime. São iniciativas que expressam uma concepção assistencial a que denominamos assistência científica. (KUHLMANN, 2010, p. 56).

A assistência científica era compreendida como um lugar onde se pensava cientificamente a política social aos mais pobres. Com a chegada da reforma dos médicos higienistas, começam a pensar em um atendimento não só às crianças,

mas também à família. Havia a participação da mulher para auxiliar as famílias em medidas de higiene.

A participação da mulher na assistência era estabelecida numa linha de auxiliares da intervenção dos homens. As mães burguesas, as esposas e parentes dos promotores das associações assistenciais eram postas como aliadas dos médicos na tarefa de difusão dos novos comportamentos exigidos para a função materna. (KUHLMANN, 2010, p. 91).

Esta proposta tinha como intuito orientar a família sobre higiene e para a retirada das crianças das ruas, mantendo-as seguras, garantindo que seriam “cidadãos de bem”. O projeto higienista tinha como base orientadora o assistencialismo científico, voltado à orientação das camadas populares visando superar os problemas sociais do país a fim de inseri-lo em um projeto de modernidade. A proposta descrita era fortemente influenciada pelas vivências de países europeus e pelo conceito amplamente aceito e difundido na época sobre modernidade.

Percebemos, portanto, que o movimento higienista deflagra uma proposta homogeneizadora de regulação da vida social, mas, ao analisarmos a base de seu pensamento, compreendemos que a ideia de prestar assistência aos desvalidos não havia sido superada. As propostas de atendimento e de educação não visam a emancipação das consciências, ao contrário, visam manter sob controle as camadas mais pobres da população, educando para a conformidade e para o exercício profissional em postos subalternos.

As primeiras décadas do século XX trouxeram uma nova configuração social, verificada a partir da expansão do capitalismo industrial. Isso ocorre em virtude da grande concentração de pessoas em áreas urbanas e da crescente implantação de fábricas, fenômenos que demandaram mais mão de obra para atuação na fabricação de bens de consumo. Dessa forma, as mulheres precisavam ser liberadas para o trabalho fabril, o que requeria um local para deixar seus filhos e liberá-las para a atividade profissional remunerada.

Nesse momento histórico observamos que, mais uma vez, o Estado brasileiro não responsabilizou-se pela criação e manutenção de instituições de educação para crianças, o que deu espaço para a atuação de iniciativas assistencialistas, sem uma proposta educacional coesa, voltada ao desenvolvimento infantil e orientadas sob o ponto de vista pedagógico.

Diante das crescentes demandas por mão de obra, era uma prática comum

entre as famílias o pagamento de pequenas quantias para que mulheres abrigassem seus filhos durante o tempo em que estivessem trabalhando nas fábricas. Evidentemente, esse tipo de atendimento era precário, sem orientação adequada e visava exclusivamente a guarda de crianças.

Esse ideário assistencial, de cuidado, sem considerar as dimensões relativas ao desenvolvimento e ao aprendizado humano, ignorando a necessidade de construção de um projeto educacional fundamentado em conhecimento científico, tornou-se uma referência consistente entre o ideário da população brasileira.

Quanto menor a faixa etária das crianças, mais forte era a presença do ideário assistencialista como referência de atendimento institucional.

As creches geralmente visavam a cuidado físico, saúde, alimentação, formação de hábitos de higiene, comportamentos sociais. Incluíam, por vezes, orientações à família sobre cuidados sanitários, higiênicos pessoais e ambientais, orientações sobre amamentação e desmame, preparação de alimentos e relacionamento afetivo. (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 17).

Neste sentido, a ideia inicial que se tinha sobre atendimento institucional de crianças era baseada apenas no cuidado, no bem-estar físico e na orientação familiar (em geral quanto a normas de higiene e conduta). Não havia, portanto, a percepção a respeito da importância do planejamento pedagógico, da oferta de atividades planejadas, da construção de ambientes favoráveis às brincadeiras e às trocas.

Outro exemplo de omissão do Estado quanto ao atendimento institucional de crianças refere-se à criação e à sistemática de trabalho da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada em 1942, era um órgão vinculado à Assistência Social, que implantou programas de creches voltadas ao atendimento de crianças pobres.

Desde o princípio a instituição deixava claro que sua proposta era oferecer alimento e cuidados aos necessitados.

O projeto foi efetivamente implantado. Em menos de quatro anos atendia a quase 1 milhão de crianças pobres. O governo federal investia, de início, US\$ 16,00 por criança, menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo da época. O projeto expandiu-se à custa de uma estratégia bem brasileira: ampliar o número de crianças e reduzir o custeio federal. (MARCILIO, 2009, p. 154).

Quanto a proposta de atendimento de crianças realizadas pela LBA, Freitas (2009) destaca a falta de profissionais capacitados, o baixo desenvolvimento de atividades, a inadequação do espaço físico, a falta de água nos locais em que as

creches eram implantadas e a falta de verbas de custeio e manutenção.

No ano de 1969 as creches foram reconhecidas como um direito das mulheres trabalhadores que fossem mães. Nesse sentido, o Departamento de Segurança e de Higiene no Trabalho passa a ser responsável pela fiscalização das instalações de creches em ambientes de trabalho.

De acordo com Nunes; Corsino e Didonet (2011, p. 23) “[...] a creche, assim, inseriu-se formalmente no âmbito das leis trabalhistas, ligada às condições do trabalho da mulher-mãe e restrita ao período da amamentação”.

Ressaltamos que nesse primeiro momento o atendimento institucional de crianças visava suprir uma demanda das mães trabalhadoras e, desse modo, não era visto como um direito infantil, mas, da mulher-mãe-trabalhadora.

É importante destacar ainda que o assistencialismo não representava a ausência de uma proposta educacional, ao contrário, era em si uma proposta educacional voltada à demarcação do lugar do pobre na sociedade (KUHLMANN JR, 2010).

A educação assistencialista foi pensada no sentido de prover uma prática intencional, no interior de instituições constituídas para esse fim. A primeira característica a ressaltar dessa concepção educacional é que as instituições são defendidas por isolar as crianças de meios passíveis de contaminá-las, o principal deles, a rua. No Congresso Penitenciário Internacional em Londres, já se apontava a importância das instituições educacionais para prevenir a criminalidade. (KUHLMANN, 2011, p. 167).

Dito isso, o autor apresenta a conjuntura daquela época sobre os cuidados assistencialistas de crianças, com a finalidade de distanciá-las dos perigos que as cercavam, bem como impedir que ficassem perambulando pelas ruas.

O Serviço de Assistência a Menores, no âmbito do Ministério da Justiça, tinha como público-alvo crianças e adolescentes de até 18 anos abandonados e delinquentes. Veio substituí-lo, em 1964, a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), situada no Ministério da Previdência e Assistência Social. Entre suas funções, estava a de “formular e implantar a política de bem-estar do menor”. Nos estados, foram criadas instituições equivalentes – Fundação Estadual do Bem- Estar do Menor (Febem) –, com finalidade e estrutura idênticas, localizadas na Secretaria de Assistência Social. LBA e Funabem dividiram seus grupos-alvo: de 0 a 6 e de 7 a 18 anos, respectivamente, ambos os grupos compostos por crianças em situação de pobreza, abandono, marginalização, vistas como “menores”. (NUNES, CORSINO; DIDONET, 2011, p. 23).

Esta proposta de Serviço de Assistência a Menores, foi instalada em quase todo território brasileiro para menor infrator, como forma de reeducação e socialização

dos menores de idade de 0 a 6 e de 7 a 18 anos.

As primeiras iniciativas educacionais para a primeira infância foram no Rio de Janeiro e atendiam às crianças de classe média alta. Kuhlmann (2011) considera como marco inicial da educação a primeira infância a fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, pois foi uma instituição de grande influência, abrindo filiais por todo o Brasil. Dito isso, a primeira creche brasileira foi fundada com o objetivo de atender aos filhos de operários.

As creches não tinham como finalidade cuidar e educar de forma integrada, exercendo uma ação educativa orientada e pautada em conhecimento técnico específico. O viés orientador dos trabalhos assentava-se na guarda, proteção e alimentação das crianças, caracterizando uma prática assistencial, ainda que revestida de uma ideia de cientificidade, voltada à modernidade.

Havia uma clara separação entre as propostas direcionadas às camadas populares e às economicamente favorecidas. Para os menos favorecidos economicamente as propostas eram de abrigo, cuidados higiênicos e alimentação. Para as camadas abastadas havia a construção de um projeto pedagógico cujas diretrizes educacionais eram orientadas pelas concepções educacionais de Frederick Froebel.

Em meio ao processo histórico de atendimento de crianças, permeado por avanços e retrocessos, destaca-se o Movimento de Luta por Creches, protagonizado por mulheres e pela sociedade civil organizada a partir do início da década de 1970.

O Movimento de Lutas por Creches, consolidou-se através das lutas das mulheres trabalhadoras de diferentes camadas sociais, possibilitando às mulheres uma tomada de consciência do estado de opressão, e fornecendo às mesmas condições objetivas de organização e luta por seus direitos.

A creche passou a ser reivindicada, também, pela população de classe média, que, somada à necessidade de trabalho feminino, apresentava o reconhecimento do caráter educativo da instituição de atendimento às crianças. Inicia-se, nesse momento, um período de mudança da identidade institucional, ampliando o seu caráter assistencialista à dimensão educacional. (ANDRADE, 2010, p. 145).

Essa reivindicação se consolida devido à baixa oferta de vagas nas creches e pela necessidade de democratização da escola pública, somadas às pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, que possibilitaram a negociação por mais número de vagas.

Diante dessa situação, em 1980 foi realizado o congresso denominado “A Criança Precisa de Atenção”, cujo objetivo era o atendimento em creches de tempo integral, desde o nascimento até os seis anos de idade. O Ministério da saúde, educação e assistencialismo participou deste congresso. Nunes, Corsino e Didonet (2011) relatam que com este acontecimento pode ser considerado um marco na tomada de decisão política no país em relação à educação pré-escolar e, para a oferta de atendimento integral à criança.

A retrospectiva histórica apresentada nessa seção nos possibilita identificar que desde os primórdios, o atendimento institucional direcionado às crianças durante a primeira infância se baseiam na necessidade de minimizar problemas sociais como abandono, mortalidade e pobreza.

Dessa forma, a ação pensada e proposta para esses espaços de abrigamento se baseia no atendimento de necessidades básicas como alimentação, higiene e cuidados relativos à manutenção da vida humana.

Não há, portanto, uma proposta ancorada em orientação educacional, de caráter pedagógico, que levasse em consideração as necessidades relativas ao desenvolvimento e à aprendizagem infantil como pautas na estruturação desse tipo de atendimento.

Passamos no tópico seguinte a discutir a estruturação de um corpo jurídico voltado ao atendimento educacional de crianças e a estruturação da educação infantil como primeira etapa da educação.

3 CUIDADO E EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Spada (2006), em sua pesquisa sobre a Educação Infantil no contexto da creche, aponta que:

Progressivamente, foram sendo desenvolvidas políticas públicas buscando estruturar adequadamente o atendimento prestado pela Educação Infantil e definindo as esferas responsáveis por tais atendimentos. [...] foram elaborados documentos com o intuito de direcionar a prática pedagógica e conferir a essa modalidade de ensino a intencionalidade educativa necessária. (SPADA, 2006, p. 40).

A pesquisadora menciona que ao longo da história da educação infantil foram elaborados documentos com o objetivo de possibilitar que o direito da criança pequena fosse concretizado. Desse modo, alguns desses documentos que a partir de agora são discutidos, ainda que brevemente, para melhor compreendermos as discussões referentes ao cuidado e à educação de crianças na educação infantil.

3.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento oficial a reconhecer a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo, portanto, de grande representatividade para sua delimitação como primeira etapa da educação básica.

Trata-se de um texto produzido e organizado em um momento de reabertura política do país, que demarca a transição da ditadura militar para a retomada da democracia. Dessa forma, seu texto é muito influenciado pela busca da garantia de direitos individuais e coletivos que foram suprimidos durante o período de exceção.

Nesse sentido, o texto, diferentemente do que foi feito até então, demarca a educação infantil como primeira etapa da educação, a efetivar-se em instituições criadas e mantidas pelo Estado brasileiro. Há também a demarcação de que a oferta desse atendimento é direito da criança, e não da mãe trabalhadora como visto anteriormente.

Quando analisamos esse documento, observamos que seu texto traz essa temática em vários de seus artigos.

No capítulo II- Dos Direitos Sociais, artigo 6º, a educação é elencada como

um dos direitos sociais. No título III- Educação, Cultura e Desporto, no artigo 205a educação e vista como direito de todos e é responsabilidade do Estado e da família a promoção e incentivo.

No artigo 208, a constituição novamente responsabiliza o Estado pelo oferecimento da Educação Infantil e diz que deve ser dado “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. (artigo 208, inciso IV da Constituição Federal de 1988).

No artigo 212, a lei dispõe sobre como estão as percentuais para o financiamento da educação. A união contribui com 18% anualmente, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% de seus rendimentos. O parágrafo terceiro desse mesmo artigo assegura que são essas as porcentagens mínimas que devem assegurar prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos estabelecidos no Plano Nacional de Educação.

Diante dessas análises, no que diz respeito à Educação Infantil, vale destacar que o Estado brasileiro se omitiu por muito tempo de suas responsabilidades, tanto na regulamentação quanto na oferta do atendimento a crianças menores de sete anos de idade. Entendia-se que o cuidado e a educação dessa faixa etária eram de responsabilidade das famílias, desconsiderando-se os aspectos pedagógicos e sua influência no desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, Abramowicz (2003, p. 13) reforça dizendo que o poder público não é o maior preocupado quanto ao oferecimento da primeira etapa da educação. Segundo ela, “o processo de universalização dessa etapa da educação básica, que tem sido conquistada a partir das lutas da sociedade civil organizada em fóruns, das lutas das mulheres, dos partidos populares, etc”.

Sonia Kramer (2006, p. 5) quando fala de políticas direcionadas às crianças de 0 a 6 anos aponta outras instâncias que tem contribuído para que haja a expansão de qualidade dessa modalidade de ensino, como: redes públicas Municipais e Estaduais, as universidades e ainda a luta da sociedade civil representado pelos movimentos sociais.

Os movimentos sociais é que têm exigido do Estado ações políticas mais significativas, direcionadas às populações infantis. Notadamente as mulheres, mas também núcleos de educadores têm defendido a democratização da educação de 0 a 6 anos e têm denunciado, ainda, o descaso das políticas públicas voltadas às crianças das classes populares. Consciente de que a situação da infância resulta da própria desigualdade a que é submetida a maioria da população brasileira, o movimento social luta,

então, pelo acesso das crianças de todas as classes sociais a serviços de saúde, assistência e educação de qualidade, que de fato representem condições de vida digna e –no caso da educação – também contribuam para o desenvolvimento e a ampliação dos conhecimentos infantis. E os movimentos sociais fazem essa exigência por entenderem que saúde, assistência e educação são direitos sociais que o Estado deve garantir. (KRAMER, 2006, p. 125).

Quando fala da universalização dessa modalidade de ensino (creches e pré-escolas) Kramer (2006, p. 14) aborda a importância de estarmos atentos ao ensino de qualidade que segundo ela não pode estar dissociado da expansão desse tipo de educação, pois segundo a pesquisadora “[...]. As crianças, nesta etapa, são muito pequenas e com repertório menor para o embate contra um ensino de má qualidade”.

Anete Abramowicz (2003) cita ainda vários fatores que têm contribuído para expansão e importância, dessa modalidade. Na Europa e na América no final da década de 60, nos Estados Unidos e também no Brasil a partir da década de 1970.

[...]. A crescente urbanização, a participação e inserção cada vez maior do trabalho feminino, a luta dos movimentos sociais, a antecipação crescente da escolarização de crianças, o fim das repetências (progressão continuada), a necessidade de antecipar a escolarização para colocar crianças em melhores condições no ensino fundamental, as lutas pelo direito da criança à educação (...). (ABRAMOWICZ, 2003, p. 14).

Como podemos observar, vários fatores têm contribuído para expansão e universalização desse ensino. Mas, além disso, é necessário que, as letras da lei se transformem em ações concretas atendendo, portanto, todo tipo de criança independente das condições socioeconômicas de sua família. É necessário que tenha instituições suficientes para atendimento de todas as crianças, para que não seja preciso as instituições de Educação Infantil estabeleçam critérios por falta de vagas a ser oferecida. Mas para isso, como já mencionado, é preciso que o poder público junto com suas instâncias assumam a responsabilidade de um ensino de qualidade para todas as crianças.

Referindo-se novamente a Constituição de 1988, este discrimina que a oferta do ensino infantil seja uma obrigação do Estado, embora matricular os filhos seja facultativo aos pais. Quando a este não podemos negar que “traz mudanças significativas em relação a concepção do que é o do que deve contemplar o atendimento educacional oferecido à criança pequena.” Mas é preciso mais do que isso, ou seja, que a Educação Infantil conquiste o “reconhecimento de sua importância” e “os investimentos necessários para a efetivação de um trabalho de

qualidade” (SPADA, 2006, p. 43).

Nesse sentido, destacamos a importância do conhecimento da história do Brasil e seu impacto para a vida das crianças. Esse processo nos ensina a respeito da estruturação da mentalidade assistencialista e do impacto que essa visão exerce no trabalho pedagógico em instituições de educação infantil.

Percebemos que quanto menor a faixa etária das crianças, maior são as práticas direcionadas ao cuidado e à maternagem. Além disso, o atendimento em instituições educacionais voltadas a faixa etária de zero a três anos (creches) costuma ser um ambiente predominantemente feminino, reforçando a ideia de cuidado centrado nas necessidades físicas.

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N° 9.394, de 1996)

A LDB reorganiza os sistemas de ensino, e quando se refere à Educação Infantil discrimina que as crianças devem ser atendidas em creches e pré-escolas, estabelecendo as faixas etárias do atendimento- creches (0 a 3) e pré-escola (4 a 6) anos.

Podemos confirmar isso em seus art. 29 e 30, quando menciona que:

Art. 29- A educação infantil, primeira etapa da educação básica, têm como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30- A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escola, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL, 1996).

Não há dúvidas de que “A LDB/96 representa avanços para a área da Educação Infantil, pois a coloca como modalidade de ensino que compõe a educação básica e a situa como direito a ser garantido pelo estado” (SPADA, 2006, p. 42).

Ressaltamos a representatividade da LDB de 1996 para o campo da educação infantil, porque ela reorganiza e delimita os sistemas de ensino, enfatizando a educação infantil como primeira etapa da educação básica. demarcando a necessidade de responsabilização do estado na oferta e delimitando essas instituições como espaços “educacionais, não domésticos”.

Destacamos que o primeiro passo no processo de busca por direitos referiu-se a regulamentação, mas, muito havia a ser feito em termos de construção de uma

proposta educacional que superasse o ideário assistencialista que vigorou no país por séculos.

3.3 Política Nacional de Educação Infantil

A Política Nacional de Educação Infantil representa um documento importante quanto à garantia de um atendimento educacional de qualidade a crianças na faixa etária da educação infantil. Esse documento contém diretrizes, objetivos, metas e estratégias para essa etapa da educação. Sua proposição fundamentou-se no intuito de que suas ideias “contribuam para um processo democrático de implementação das políticas para as crianças de 0 a 6 anos”. (BRASIL, 2006, p. 3).

A Política Nacional de Educação Infantil foi um documento norteado pelas discussões da constituição Federal de 1988 e aprovado em 1994, apresentando em seu texto diretrizes gerais, bem como, ações relativas a Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, cuja responsabilidade de coordenação cabe ao Ministério da Educação.

No que se refere especificamente a Educação Infantil, enquanto um direito de toda criança e dever do estado a essa garantia, vejamos os objetivos e algumas metas que esse documento apresenta:

Objetivos:

Integrar efetivamente as instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino por meio de autorização e credenciamento destas pelos Conselhos Municipais ou Estaduais de Educação.

Fortalecer as relações entre as instituições de Educação Infantil e as famílias e/ou responsáveis pelas crianças de 0 a 6 anos matriculadas nestas instituições.

Garantir o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação infantil.

Garantir recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento da Educação infantil.

Expandir o atendimento educacional às de 0 a 6 anos de idade, visando alcançar as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação e pelos Planos Estaduais e Municipais.

Assegurar a qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas). Garantir a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos da realidade da Educação Infantil no país para orientar e definir políticas públicas para a área.

Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural.

Ampliar os recursos orçamentários do Programa Nacional de alimentação Escolar para as crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil.

Garantir que todo as instituições de Educação Infantil elaborem, implementem e avaliem suas propostas pedagógicas, considerando as

diretrizes curriculares nacionais, bem como as necessidades educacionais especiais e as diversidades culturais.

Assegurar a participação dos professores e professoras no processo de elaboração, implementação e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

Assegurar a valorização das professoras e professores de Educação Infantil, promovendo sua participação em Programas de Formação Inicial para professores em exercício, garantindo, nas redes públicas, a inclusão nos planos de cargos e salários do magistério.

Garantir a valorização das professoras e professores da Educação Infantil por meio de formação inicial e continuada e sua inclusão nos planos de carreira do magistério.

Garantir, nos programas de formação continuada para professoras e professores de Educação Infantil, os conhecimentos específicos da área de Educação Especial, necessários para inclusão, nas instituições de Educação Infantil, de alunos com necessidades educacionais especiais.

Garantir a valorização dos funcionários não-docentes que atuam na Educação Infantil.

Assegurar que estados e municípios elaborem e/ou adequem seus planos de educação em consonância com a legislação vigente.

Fortalecer parcerias para assegurar, nas instituições competentes, o atendimento integral à criança, considerando seus aspectos físico, afetivo, cognitivo/linguístico, sociocultural, bem como as dimensões lúdica, artística e imaginária.

Metas:

Divulgar permanentemente parâmetros de qualidade dos serviços de educação infantil como referência para a supervisão, o controle e a avaliação e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade.

Divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil(creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo[...].

Realizar estudos sobre o custo da Educação Infantil como base nos parâmetros de qualidade, com vistas a melhorar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento de 2011.

Notamos que esse primeiro esforço coletivo empreendido por pesquisadores, movimentos sociais organizados e representações políticas pautou-se na garantia de direitos e na regulamentação da oferta.

Sinalizamos que isso representa um grande avanço, mas, nem de longe esgota os desafios existentes no campo do atendimento educacional para a infância. Há um longo percurso ainda a ser percorrido em termos de reestruturação de propostas de atendimento e investimento em formação profissional docente, garantindo que o trabalho desenvolvido nesses espaços seja verdadeiramente orientado para a integração entre cuidado e educação, promovendo o

desenvolvimento e a aprendizagem infantis.

3.4 Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Quando nos referimos a documentos que trata da Educação Infantil, não podemos deixar de citar o RCNEI, que embora seja um documento de caráter mandatório, este muito pode contribuir para que os professores reflitam sobre o trabalho a ser realizado com as crianças de 0 a 6 anos.

[...] é uma proposta aberta, flexível e não obrigatória, que poderá subsidiar os sistemas educacionais, que assim o desejarem, na elaboração ou implementação de programas e currículos condizentes com suas realidades e singularidades. Seu caráter não obrigatório visa a favorecer o diálogo com propostas e currículos que se constroem no cotidiano das instituições, sejam creches, pré-escolas ou nos diversos grupos de formação existentes nos diferentes sistemas. (BRASIL, 1998).

Vale destacar que o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil) é um documento produzido pelo MEC, onde teve sua versão oficial divulgada em 1998. É um documento que integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais. É um documento que se diz voltado especificamente para a Educação Infantil.

A versão oficial do RCNEI foi organizada em três volumes: *Introdução* (volume 1), *Formação Pessoal e Social* (volume 2); e *Conhecimento do Mundo* (volume 3).

[...] um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. (BRASIL, 1998, p. 13).

O primeiro volume *Introdução*, apresenta características gerais dessa série de documentos. Esse volume introdutório apresenta conceitos importantes para a área, que segundo Cerisara (2002, p. 337) “[...] permitem avançar na delimitação da especificidade da educação infantil”. São eles, dando importância em: criança, educar, cuidar, brincar, relações creche-família e orientação gerais de como educar crianças com necessidades especiais. Apresenta também que tipo de perfil o professor deve ter e os objetivos desse nível de escolaridade. Fala ainda, de condições interna e externa que deve ter nesse tipo de atendimento.

Lendo esse primeiro documento pode-se perceber três objetivos:

[...] servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 1998, p. 5).

[...] contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais. (BRASIL, 1998, p. 13).

[...] apontar metas de qualidade que contribua para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujo direitos à infância são reconhecidos. Visa, também, contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p. 5).

O segundo volume intitulado *Formação Pessoal e Social*, também trás considerações importantes para o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos. Este volume destaca a identidade e a autonomia como um objetivo a ser alcançado com as crianças dessa faixa etária. Essa interação poderá acontecer tanto com outras crianças como com os adultos, isso poderá ser alcançado à medida que se elabore projeto de educação que almeje elemento importante para o desenvolvimento das crianças.

Essa versão, assim como o documento introdutório, apresenta conceitos importantes que devem ser levados em conta no planejamento do professor, como atividades que contemplem aprendizagem, como: a imitação, brincar, oposição, a linguagem e a apropriação da imagem corporal.

Além disso, apresentam objetivos e conteúdos que devem ser privilegiados nessa fase da vida. Com as crianças de 0 a 3 anos (autoestima, escolha, faz de conta, interação, imagem, cuidados e segurança), e com crianças de 4 a 6 (nome, imagem, independência e autonomia, respeito a diversidade, identidade de gênero, interação, jogos e brincadeiras, bem como, cuidados pessoais).

Nesse documento são apresentadas orientações gerais para o trabalho do professor em sala de aula, no qual contempla a organização de um ambiente de cuidados essenciais (proteção, alimentação, cuidados com os dentes, banho, sono e repouso e troca de fraldas), a organização do tempo (atividades permanentes e sequência de atividades), bem como, a observação, registro e avaliação formativa.

O último volume intitulado *Conhecimento de Mundo* é dividido em seis sub-eixos, assim justificados: movimento, músicas, artes visuais, linguagem oral e escrita,

natureza e sociedade, matemática. Todos esses sub-eixos foram organizados tendo uma estrutura semelhante no que se refere à orientação didática: objetivos, conteúdos e orientações gerais para o professor.

Não diferente de outros documentos, que tem como foco a Educação Infantil, este também não está imune de críticas por parte dos pesquisadores.

Ana Beatriz Cesisara (2002) destaca que esse documento atropela as orientações do MEC, visto que é publicado antes mesmo das Diretrizes Curriculares, que diferencia dos RCNEI por se um documento de caráter mandatório.

Outro aspecto destacado e das fotografias esplêndidas presente nos três volumes, a maioria delas assinadas por Iolanda Huzak, que segundo a pesquisadora “[...] revela a diversidade cultural das crianças brasileiras nem sempre contemplada pelo documento” (CESISARA, 2002 p. 336).

Faria e Palhares (2007) apresenta outro aspecto com relação à linguagem desse documento. Segundo as autoras há uma falta de clareza quando a linguagem, “[...]. Se dirigido aos técnicos e especialistas da área, a linguagem é truncada, por vezes mistura referências que são antagônicas em suas origens, não faz avançar a produção do conhecimento.” E quando destinado aos professores, apresenta uma linguagem técnica, “[...] dificultando o acesso ao conhecimento”, pois como as próprias autoras aponta grande parte desses profissionais, que trabalham diretamente com as crianças, receberam uma formação precária. (FARIA; PALHARES, 2007, p. 14).

3.5 Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil

Diferentemente dos referenciais, as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, Resolução CEB Nº 1, de 7 de Abril de 1990, é um documento de caráter mandatório, sendo portanto um documento que deve orientar todas as instituições de Educação Infantil. Isso fica evidente em seu art. 2º, quando menciona,

[...] constituem-se na doutrina sobre Princípios, Fundamentos e Procedimentos da Educação Básica, definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as Instituições de Educação Infantil dos Sistemas Brasileiros de Ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas. (BRASIL, 1990).

Este apresenta de forma clara todos os objetivos que devem ser seguidos obrigatoriamente por todas as instituições que fazem atendimento as crianças

pequenas.

O inciso I do artigo 3º aponta três objetivos,

- a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais. (BRASIL, 1990).

O nosso objetivo nessa pesquisa não é falar de forma detalhada de cada legislação que garante o direito a criança pequena, com isso cabe destacar a garantia desse direito não somente na zona urbana, mas a garantia desse direito em outros contextos- na zona rural. Nesse sentido, destaca-se o inciso 3º que em partes faz menção a essa garantia.

O inciso II sinaliza que:

II – As Instituições de Educação Infantil ao definir suas Propostas Pedagógicas deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos, suas famílias, professores e outros profissionais, e a identidade de cada Unidade Educacional, nos vários contextos em que se situem. (BRASIL, 1990).

Quando se trata desse atendimento em outros espaços esse artigo e o que tem maior representatividade, isso fica evidente quando menciona que a identidade pessoal do aluno desse ser reconhecida nos vários âmbitos que essa educação aconteça. Com isso dá a entender que esse direito não é exclusivo às crianças da cidade, é que as crianças do campo estão incluídas a esse direito. Esse aspecto é importante visto que as crianças do campo, assim como as crianças da cidade, precisam que sua identidade seja reconhecida e respeitada. Como menciona Kramer “[...] Os direitos conquistados precisam ser concretizados”. (KRAMER, 2006, p. 123).

Sua versão atualizada, (BRASIL, 2009) trabalha elementos centrados na organização do trabalho pedagógico para a educação infantil. Assim, o texto atualizado esclarece sua perspectiva de currículo, de construção de projeto político pedagógico e orienta o planejamento de ambientes e atividades voltados ao desenvolvimento e a aprendizagem infantil.

Ademais, o cuidado e a educação são abordados como eixos constitutivos do trabalho pedagógico nessa etapa da educação básica. Delimita-se que o cuidado representa a orientação pedagógica da criança para aprender a cuidar de si, reconhecendo-se como um sujeito social de direitos.

Reiteradas vezes o documento delimita a necessidade de superação de concepções, práticas pedagógicas e rotinas de atividades centradas no assistencialismo.

3.6 Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, proposto pelo Ministério da Educação para orientar a construção de currículos e propostas pedagógicas para os três segmentos da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

No campo específico da educação infantil, a BNCC organiza a formação promovida nessas instituições em dois pilares: brincadeiras e experiências. Ressalta a necessidade da construção de experiências voltadas à valorização da cultura e dos diferentes modos de vida do povo brasileiro.

Aborda a necessidade de uma formação orientada na convivência, respeito e resolução de problemas, superando a perspectiva das práticas escolarizantes pautadas exclusivamente na aquisição da leitura e da escrita.

A efetivação dessas propostas é feita com base na organização de direitos de aprendizagem compostos por: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se, conhecer-se

A efetivação desses direitos se dá cotidianamente, por meio da organização dos processos educativos em campos de experiências, a saber:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

Cada um dos campos de experiências possui um rol de objetivos de aprendizagem que devem ser desenvolvidos, de acordo com a faixa etária atendida, ao longo do trabalho pedagógico na educação infantil.

Existe o propósito de que, ao finalizar a educação infantil, a criança tenha acumulado um conjunto de conhecimentos que lhe permita avançar tranquilamente para as aprendizagens posteriores.

O documento traz claramente a orientação integrada entre cuidado e educação, compreendendo o cuidado de uma forma mais ampla, centrado nas necessidades do autocuidado, do cuidado com o outro, com o ambiente, com o espaço e materiais escolares etc. Trata-se de uma formação voltada à cidadania

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado ao longo da construção deste trabalho de conclusão de curso de graduação foi bastante importante para minha formação profissional, especialmente para a docência na educação infantil, área com a qual mais me identifico.

Conhecer a história do Brasil e seu impacto na formação das consciências me levou a entender que as origens do atendimento institucional de crianças está intimamente ligado a necessidade de resolução de questões sociais graves e não propriamente da intenção de desenvolver uma educação de qualidade.

Assim, consolidou-se no imaginário social que o atendimento na educação infantil, especificamente na primeira etapa, a creche, destina-se ao abrigamento e cuidado de crianças pobre, cujas mães trabalham.

Então, se num primeiro momento a luta foi pela garantia do direito à educação infantil, agora a busca é pela melhoria na qualidade da oferta e para que isso seja alcançado, é preciso que haja superação das concepções e práticas assistencialistas.

Mas, isso somente é possível de ser alcançado por meio do estudo e de um processo sólido de formação inicial e continuada do profissional docente.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: na trilha do direito**. São Paulo: ed. Unesp. São Paulo: Cultura acadêmica. Pág. 04 a 168. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-08.pdf> acesso em: 05/06/2021.
- ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: ASSIS, Machado de. **Relíquias da casa velha**. Rio de Janeiro: H Garnier, 1906.
- BRASIL. República Federativa. Constituição Federal de 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Número 9394, de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de 0 a 6 anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CERISARA, Ana Beatriz. O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. **Educação e Sociedade**. Campinas (SP), v. 23, n. 80, set., 2002.
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **História Social da Infância no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação. 2010. p. 192.
- MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **História Social da Infância no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NUNES, CORSINO E DIDONET. Maria Fernanda Rezende, Patrícia e Vital.

Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica. Brasília: UNESCO, 2011

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **História Social da Infância no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPADA, Ana Corina Machado. Processo De Criação Das Primeiras Creches Brasileiras E Seu Impacto Sobre A Educação Infantil De Zero A Três Anos. **Revista científica eletrônica de pedagogia.** São Paulo. ed 5. p 1 - 7. Janeiro 2005.